



A CIDADE NOS FAZ PENSAR¹

MOLINARI, Daniela da Rosa²;
ROGÉRIO, Marcele Scapin³

Resumo: A cidade nos faz pensar. Pensar em que? Respostas para estas indagações serão respondidas ao longo deste ensaio. É preciso pensar a cidade não apenas como uma maquete de casas, mas como um espaço que se possa viver dignamente, que reconheça que o indivíduo é parte da identidade e da vontade coletiva. Um espaço humano não desumano, voltado à redução da pobreza, a minimização das desigualdades sociais, a sustentabilidade ambiental. A cidade precisa educar, formar cidadãos criativos, críticos, comprometidos com o desenvolvimento das cidades. Abordar o papel educativo da cidade nada mais é que discutir as condições para a constituição de agentes sociais. É proporcionar aos indivíduos condições e um ambiente propício para que possam desenvolver práticas educativas geradoras de novos comportamentos e valores. A cidade deve ser vista com um ser vivo, doente, que já recebeu a avaliação médica e que agora precisa de um tratamento caro e longo. O planejamento de uma cidade toma tempo e precisa de tempo, mas isso não impede que algumas intervenções criem uma nova energia. Sendo assim, a “acupuntura urbana” defendida pelo arquiteto Jaime Lerner é fundamental, como um conjunto de ações pontuais e de revitalização que podem progressivamente mudar a vida das cidades, que além da mudança física, é uma mudança na mentalidade das pessoas, de suas atitudes de solidariedade, respeito, amor a seu bairro ou a sua cidade. É uma espécie de gentileza urbana.

Palavras-chave: Cidade. pensar. Educar. “Acupuntura Urbana”. Mudança.

Abstract: The city makes us think. Think of that? Answers to these questions will be answered during this test. You have to consider the city not just as a model of houses, but as a space to live worthily, that recognizes that the individual is part of identity and collective will. A human space not inhumane, aimed at poverty reduction, to minimize social inequalities, environmental sustainability. The city needs to educate, form creative citizens, critics, committed to the development of cities. Addressing the educational role of the city is nothing more than discuss the conditions for the Constitution of social agents. Is to provide those conditions and an environment conducive for them to develop educational practices that generate new behaviors and values. The city must be seen with a living, sick, which has already received the medical evaluation and that now needs a long and expensive treatment. The planning of a city takes time and needs time, but that doesn't stop some interventions to create a new energy. Thus, the "urban acupuncture" defended by architect Jaime Lerner is critical, as a set of specific actions and revitalization that may gradually change the life of

¹ Artigo de iniciação científica.

² Formada em Direito pela UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta, mestranda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNIJUÍ. Bolsista UNIJUÍ. Email: danielarmolinari@hotmail.com

³ Formada em Direito pela UNICRUZ- Universidade de Cruz Alta e mestranda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNIJUÍ. Bolsista FAPERGS. Email: cele_scapin@yahoo.com.br



cities, that beyond the physical change is a change in the mindset of the people, their attitudes of solidarity, respect, love of your neighborhood or your city. Is a kind of urban kindness.

Key words: City. Thinking. Educate. "Urban Acupuncture". Change.

Introdução

A cidade nos faz pensar. Mas pensar em que? Pensar em cidades mais humanas!

Pensar que precisamos de moradias adequadas, educação de qualidade, prestação de serviços na área da saúde, emprego, inclusão social, espaços de lazer para grande parcela da população. Pensar no respeito pelas pessoas, na formação de valores como a solidariedade, união, responsabilidade. Pensar na sustentabilidade urbana.

É preciso pensar a cidade não apenas como um aglomerado de casas, mas como um corpo vivo, formado por pessoas que merecem a efetivação dos direitos que são seus. Para tanto, o corpo da cidade precisa de cuidados, tem pontos que devem ser tratados com responsabilidade social, caso contrário os habitantes é que sofrerão as conseqüências. É uma espécie de “acupuntura urbana”, voltada ao desenvolvimento humano e ao bem estar da população. (LERNER, 2005)

O direito a cidade implica na construção de um espaço onde se possa viver dignamente, que reconheça que o indivíduo é parte da identidade e da vontade coletiva. O direito à cidade é um direito coletivo que está em constante construção e os operários desta construção são tanto o Poder Público como os indivíduos, a escola, a família, a sociedade em geral. (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2006)

Esta construção é o grande desafio, por que falar da questão urbana como um dos mais complexos desafios da atualidade, significa reconhecer que é necessário educar-se, modificar comportamentos, construir uma gestão e uma organização democrática das cidades, adotar políticas públicas e ações baseadas nos princípios da igualdade, liberdade e de direitos,

A cidade deve ser um espaço capaz de promover condições dignas de moradia, de acesso aos serviços públicos essenciais com qualidade (água, energia, saneamento, tratamento dos resíduos, iluminação, etc), de efetiva segurança, de mobilidade e acessibilidade, de educação, saúde, lazer e emprego. Um espaço humano, agradável e de inclusão social.

O propósito deste trabalho é pensar a cidade e refletir o que esta nos leva a pensar e que este ensaio sirva de começo e contribua para outras reflexões, pois falar de cidades mais humanas é mais do que necessário.



Metodologia

Este trabalho apresenta a proposta de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, e seu desenvolvimento remete a pesquisas bibliográficas e ao estudo de fontes secundárias sobre o assunto em tela, de modo que seja analisado o direito à cidade, uma cidade que nos faz pensar e que nos educa.

Resultados e discussões

As cidades e suas faces

A expansão industrial não foi um fenômeno isolado, pois desencadeou outro fenômeno global, a urbanização -, crescimento da população urbana. O Brasil tornou-se um país urbano somente na segunda metade do século XX, ou seja, mais de cinquenta por cento da população passou a residir nas cidades. A partir da década de 50, este processo tornou-se cada vez mais acelerado, o que se deve, sobretudo, a intensificação da industrialização brasileira. As atividades industriais se expandiram, atraindo cada vez mais pessoas para as cidades.

Para Alves (1992) a cidade não é algo natural na história do ser humano. Ela é produto da história dos povos, e atualmente, condição essencial para a continuidade e aperfeiçoamento de suas realizações, enquanto seres racionais e, portanto, produtores de cultura. Por tudo isso “a cidade tem que ser encarada e trabalhada como um bem público, quer todos que nela precisam ou desejam morar tenham o direito de usar, gozar e dispor para a sua felicidade e realização.” (ALVES, 1992, p. 26)

O surgimento das cidades e o crescimento de suas áreas urbanas têm contribuído para a ampliação da gama dos problemas socioambientais. No ambiente urbano, os costumes e hábitos de um povo ou comunidade caracteriza a forma de uso do ambiente e agem como fatores determinantes para as alterações e impactos ambientais, pois ao longo do tempo modificam a paisagem e comprometem o ecossistema e conseqüentemente, a qualidade de vida que as cidades deveriam oferecer aos seus moradores.

O fato é que os diversos processos de urbanização estão diretamente associados à industrialização e acompanhados a estes processos vem problemas tanto de caráter social quanto de caráter ambiental. Cabe destacar, que boa parte desses problemas não é apenas o



reflexo do processo de urbanização em si, mas em função da má distribuição de renda e do descaso das políticas públicas.

A urbanização vem crescendo rapidamente, atingindo proporções em torno de 80% da população total do país (PHILIPPI JR, 2002). Um fato incontestável é que as cidades estão inchando e na sua maioria não disponibilizam infraestrutura adequada à população urbana e quem sofre mais com essa ausência é uma camada com pouco ou quase nada de condições econômicas, que na maioria das vezes residem em favelas e zonas desprivilegiadas, longe da qualidade dos serviços prestados em regiões mais centrais das cidades.

As grandes cidades brasileiras enfrentam diversos problemas, entre eles destacam-se:

- a) O acesso à moradia que compreende as condições mínimas de infraestrutura não contempla todas as camadas da população urbana, está se tornando cada vez mais comum o surgimento e ampliação de favelas desprovidas de serviços públicos.
- b) Os serviços públicos relacionados à saúde, na sua maioria são deficitários, apresentam falhas estruturais, ausência de profissionais, aparelhos e medicamentos, o que representa um desrespeito a quem necessita desse serviço.
- c) Com a educação não é diferente. A baixa qualidade e a falta de estrutura e profissionais comprometem a qualificação profissional da população e a sua ausência cria vários transtornos, principalmente o aumento do desemprego, pois a qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho está cada vez mais competitiva.
- d) A violência também preocupa a população urbana, todos estão vulneráveis aos crimes que ocorrem, principalmente nas grandes cidades do Brasil, onde é diário atos de mortes, assaltos, seqüestros, agressões, destruição do patrimônio público, colocando a população num estado de medo e insegurança.
- e) A desigualdade social assola a maioria das cidades e isso acaba refletindo na qualidade de vida, na educação, segurança, entre outros aspectos. Investimentos em serviços públicos se fazem necessários de forma que minimize esta disparidade social e garanta a dignidade da pessoa humana.
- f) A segregação social merece destaque, como fruto da concentração de renda. Os locais mais próximos dos centros urbanos tornam-se inacessíveis à grande maioria populacional à medida que as cidades crescem. O que era antes áreas baratas e de fácil acesso passam a ser valorizadas financeiramente o que contribui para que a população pobre não tenha como adquirir, sendo forçadas a se instalar de forma



irregular e em favelas⁴, que na sua maioria são desprovidas de condições mínimas de moradia, acesso à água, saneamento, coleta de lixo, entre outros.

- g) Os problemas ambientais também podem ser destacados ao estarem diretamente ligados aos problemas sociais. A favelização contribui para a agressão ao meio ambiente, pois as ocupações irregulares ocorrem com frequência em locais de preservação, próximos a rios e cursos de água. A falta de recolhimento de resíduos acaba agravando em períodos de chuvas, ocasionando entupimento de bueiros e enchentes.

Sobre as cidades, Leal (1998, p. 78) destaca:

“A escassez de recursos públicos destinados às cidades ao longo de décadas vem acumulando um brutal *déficit* na oferta da infraestrutura e de serviços urbanos, e as poucas áreas que recebem esses melhoramentos públicos, que em geral no Brasil são áreas mais centrais, supervalorizam-se pela enorme diferença de qualidade que oferecem face às áreas periféricas. Essa escassez de recursos públicos destinados às cidades provoca, assim, a exacerbação da renda imobiliária, traduzida na ampliação da diferença de preços de terrenos, imóveis construídos e de seus aluguéis.”

Henry Lefebvre (1969) é pioneiro em discutir o direito à cidade, é referência fundamental para pensar a cidade. O direito à cidade no seu entendimento manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitá-la e a morar.

De acordo com a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2005)⁵, este direito implica uma nova maneira de promoção, defesa, respeito, efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. A Carta prevê a cidade como direito:

“É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequada.” (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2005, 2)

Além disso, contempla que as cidades devem ser um espaço de realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, assegurando a dignidade e o bem estar coletivo de todas as pessoas, em condições de igualdade, equidade e justiça, assim como o pleno respeito a produção social do habitat. Todas as pessoas têm direito de encontrar nas cidades as

⁴ Segundo a ONU, até 2030 mais de 2 bilhões de pessoas estarão morando em favelas em todo o mundo.

⁵ Disponível em <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Acesso em :27 mai 2015.



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

condições necessárias para a sua realização política, econômica, cultural, social e ecológica, assumindo o dever de solidariedade. (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2005, 1.1)

No entanto, as cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada – em virtude de suas características sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas. Este contexto favorece o surgimento de lutas urbanas representativas, ainda que fragmentadas e incapazes de produzir mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente. (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2005)

A maioria das cidades estão longe de alcançar o objetivo previsto na Carta. Mas afinal, qual é a função da cidade na efetivação dos direitos humanos? É a partir de todas essas ausências de atendimentos sociais que a cidade deixa de oferecer a seus habitantes, que parte a nossa discussão: A cidade nos faz pensar! Mas pensar em que?

Vamos à reflexão.

TODO MUNDO TEM DIREITO À
MORADIA...

AGORA LÊ AQUELE PEDAÇO
BONITO QUE DIZ QUE O DIREITO À
CIDADE É UM DIREITO HUMANO...



(CHARGE DE MIGUEL PAIVA, PUBLICADO EM 05/10/1988 NO JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO" – EDIÇÃO HISTÓRICA, PÁGINA 3. TEXTO LIVREMENTE ADAPTADO POR ANDERSON LUTZER).



A cidade educadora

É cada vez mais reconhecida a importância do conhecimento no mundo hodierno, sobretudo num contexto globalizado, onde a educação, mais do que nunca, se torna uma ferramenta para a integração social, política e econômica das pessoas na sociedade.

O educador Paulo Freire (2003) afirma que aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, “a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem se tornou, ao longo da aventura no mundo dos seres humanos, uma conotação da sua natureza, gestando-se na história, como vocação para a humanização”. Sendo assim, é uma condição da nossa humanidade estar inserido em “certa prática educativa”, afinal, o ser humano “jamais pára de educar-se”.

Partindo da idéia de educação permanente, Freire (2003) chama a atenção que por força da necessidade universal de educar, aprender, ensinar, conhecer e criar e, das mudanças e marcas que produzimos no meio onde estamos inseridos, a cidade se torna educadora e educanda. Para o autor, “a cidade somos nós e nós somos a cidade”.

Nesta lógica, é possível perceber que as funções e as respostas educativas da cidade estão diretamente relacionadas com a dinâmica política e com a forma do poder exercido na cidade. Concretamente falando, Freire (2003) se refere às políticas urbanas e às políticas públicas, o que envolve as políticas de gastos públicos, a política educacional e cultural, a política de saúde, a política de habitação, de saneamento ambiental, de transportes, e as demais políticas que incidem sobre a cidade.

A partir desta concepção, o projeto de sociedade está associado ao exercício do poder político, o que por consequência condiciona as tarefas educativas da cidade. Abordar o papel educativo da cidade nada mais é que discutir as condições para a constituição de agentes sociais. É proporcionar aos indivíduos condições e um ambiente propício para que possam desenvolver práticas educativas geradoras de novos comportamentos e valores, bem como lhes possibilitem o fortalecimento da solidariedade, da ética, da moral na política, do amor, da gentileza, do respeito. A formação desses novos comportamentos só encontrarão possibilidades de ocorrer, se assim, for criado e desenvolvido meios institucionais e sociais para tanto.

Em 1990, em Barcelona ocorreu o 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras e as cidades presentes sintetizaram na Carta das Cidades Educadoras⁶ os princípios básicos

⁶ Disponível em <http://comunidadesdeaprendizagem.org.br/Cartadascidadeseducadoras.pdf>. Acesso 28 mai 2015.



que devem formar o perfil educativo da cidade, dado que o desenvolvimento dos seus habitantes não pode ser deixado ao acaso. Se a cidade é educadora e busca o bem estar dos seus membros como objetivo, então a cidade tem de educar os seus habitantes, principalmente no sentido da coresponsabilização pelo bem estar de todos.

A introdução da Carta chama atenção que a cidade dispõe de um extenso leque de iniciativas educadoras, de origem, intenção e responsabilidades diversas:

Hoje mais do que nunca a cidade, grande ou pequena, dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. De uma forma ou de outra contém em si mesma elementos importantes para uma formação integral. A cidade educadora é uma cidade com uma personalidade própria, integrada no país onde se situa. A sua identidade, portanto, é deste modo interdependente da do território de que faz parte. É também uma cidade que não está fechada sobre si mesma mas que mantém relações com o que a rodeia - outros núcleos urbanos do seu território e cidades com características semelhantes de outros países -, com o objetivo de aprender, trocar experiências e, portanto, enriquecer a vida dos seus habitantes. A cidade educadora é um sistema complexo em constante evolução e pode exprimir-se de diferentes formas, mas dará sempre prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente da sua população. A cidade será educadora quando reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), uma função educadora, isto é, quando assuma uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e pelos jovens. As razões que justificam esta nova função devem ser procuradas, precisamente, em motivações de ordem social, econômica e política, assim como, e sobretudo, em motivações de ordem cultural e educativa.

O grande desafio do século XXI é investir na educação de cada indivíduo, de maneira que este seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu próprio potencial humano. Potencial feito de individualidade, construtividade, criatividade e "sentido de responsabilidade assim como de um sentido de comunidade - capacidade de diálogo, de confrontação e de solidariedade. Uma cidade será educadora se oferecer todo o seu potencial de forma generosa, deixando-se envolver por todos os seus habitantes e ensinando-os a envolverem-se nela. (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1990)

A cidade educadora desperta o desejo de viver num local que proporcione qualidade de vida e bem estar aos seus habitantes, ao mesmo tempo com desenvolvimento econômico. Para atingir este local ideal para viver, é preciso tratar os pontos doentes do corpo das cidades, o que significa dizer, a realização de simples ajustes e mudanças, que no seu final auxiliam nos tratamentos dos espaços urbanos.

Acupuntura urbana

Planejar é um processo e todo processo gera mudanças, porém estas não aparecem de forma imediata, mas é um pontapé para que algo aconteça. Aloísio Magalhães já dizia “a



história é como um estilingue. Quanto mais fundo você puxa, mais longe você alcança”. Então, todo o bom planejamento sempre tem algo a nos oferecer, é preciso ter persistência e trabalhar para que o planejado aconteça.

As cidades, por sua vez, como já mencionado no início deste estudo, apresentam pontos negativos pela complexidade de suas soluções, são objetos de ações governamentais e de políticas públicas que geralmente costumam ser caras e precisa dispor de muito tempo para ser solucionadas ou amenizadas.

Mas, em paralelo a estas questões complexas, temos outros temas ou ações de caráter mais simples, que podem trazer grandes benefícios, seja individual ou coletivamente. Estamos falando aqui da acupuntura urbana.

O termo “acupuntura urbana” foi empregado pela primeira vez pelo arquiteto finlandês Marco Casagrande. É um misto entre a tradicional técnica oriental com o urbanismo, que parte da idéia de que pequenas intervenções pontuais em um espaço, rua, praça, prédio podem resultar em impactos positivos para a cidade e seus habitantes.

O arquiteto e urbanista Jaime Lerner da cidade de Curitiba é defensor e propagador da “acupuntura urbana”. Para ele, a cidade deve ser vista com um ser vivo, doente, que já recebeu a avaliação médica e que agora precisa de um tratamento caro e longo. Entende que o planejamento de uma cidade toma tempo e precisa de tempo, mas isso não impede que algumas intervenções criem uma nova energia Sendo assim, define a acupuntura urbana como o conjunto de ações pontuais e de revitalização que podem progressivamente mudar a vida das cidades. (LERNER, 2014)⁷

O ponto fundamental desta teoria é justamente oferecer instrumentos para que essa mudança aconteça. É um começo que funcionará como uma centelha, que se encarregará de propagar ao seu entorno. Lerner (2005) destaca que a acupuntura não se manifesta apenas numa mudança física, mas numa mudança na mentalidade das pessoas, de suas atitudes de solidariedade, respeito, amor a seu bairro ou a sua cidade. É uma espécie de gentileza urbana, que pode ser um simples gesto de cuidar de uma árvore, prestigiar um evento local, recolher um lixo, entre outras gentilezas.

Mas, afinal como é possível esta acupuntura urbana? Lerner colocou em prática o conceito ao ser três vezes prefeito de Curitiba, com diversas intervenções que elevaram a mesma a um alto patamar em termos de qualidade de vida.

⁷ Entrevista concedida ao Planeta Sustentável, de 07 /01/2014.



Três exemplos podem ser destacados da “acupuntura urbana” em Curitiba. Primeiro, o programa “Câmbio Verde”, criado em 1980 e que existe até hoje, que consiste na troca de lixo reciclável por hortigranjeiros, peso por peso, nas comunidades carentes, isto é lixo por comida. Outro movimento interessante é a agricultura urbana⁸, que pode partir de uma iniciativa comunitária de construir hortas comunitárias ou individuais, como por exemplo, fixar vasos com especiarias nas varandas de apartamentos. E por fim, e o telhado ecológico, que além de se tornar áreas verdes com impactos positivos para os proprietários, contribuem para o meio ambiente da cidade como um todo. Esses telhados ecológicos vão se formar um verdadeiro parque coletivo, impermeabilizando as lajes e coberturas com a redução do calor dentro dos edifícios, conseqüentemente menor consumo de energia com climatizações e maior circulação de ar puro e fresco para a coletividade.

Para Lerner (2005), a identidade, a autoestima, o sentimento de pertencer, tudo tem a ver com pontos de referência que uma pessoa possui em relação à cidade. Intervenções pontuais e eficientes podem promover um impacto altamente positivo para as grandes cidades e seus habitantes.

Sobre o planejamento Lerner (2014) destaca que com o planejamento é preciso tempo.

Com a acupuntura promovemos mudanças focais, trazendo nova energia para as cidades, como a separação do lixo como uma das soluções mais simples apontadas. Dinheiro demais no orçamento atrapalha. É preciso saber criar, desenvolver soluções de corresponsabilidade, envolvendo também os cidadãos. As soluções podem ser encontradas em qualquer escala, não importando se é uma metrópole ou uma cidade pequena. Temos de transformar problemas em soluções, com a atuação de todos, e não ficar esperando que o poder público resolva.(PLANETA SUSTENTÁVEL, 2014)

Os problemas urbanos têm chamado atenção. Segundo Lira (1998)⁹ os dados estatísticos registram que 45% da população mundial (2, 6 bilhões de pessoas) vivem em centros urbanos. Pelo menos 250 milhões têm acesso à água tratada, 400 milhões não sabem o que é esgoto, 500 milhões não tem moradia e 600 milhões vivem em condições de risco.

Esse é um exemplo claro, que a acupuntura urbana deve ser aplicada, a fim de garantir uma vida digna, pois não basta manter vivo e preciso que viva com qualidade e isso implica

⁸ Surgiu na metade do século XIX na Europa e cresceu em países como Dinamarca, Holanda e Alemanha. Hoje, este conceito está espalhado por todo o mundo e é uma iniciativa simples que, quando executada em larga escala, pode causar um impacto altamente positivo para as cidades.

⁹ Ricardo Pereira Lira ao se manifestar no Prefácio da obra “A função social da propriedade e da cidade no Brasil”, de autoria do professor Rogério Gesta Leal, da Universidade de Santa Cruz do Sul.



trabalhar pontos fundamentais para que essa garantia às pessoas seja efetivada. mais elementos relacionados a essas questões, melhor a cidade será.

Quanto maior o número de pontos serem trabalhados, haverá mais contato entre as pessoas o que acabará contribuindo para que os locais se tornem mais humanizados, afinal para Lerner (2005) a convivência é um ponto extremamente importante e que deve ser beneficiado. A cidade é uma relação de funções, de renda, de idade. Quanto mais misturado for, mais humana e tolerante a cidade fica.

Conclusão

Ao final desta discussão chega-se a conclusão de que a cidade apresenta muitos desafios diante dos problemas que apresenta. Porém, estes são pontos que merecem tratamento, seja através dos princípios da cidade educadora ou da acupuntura urbana.

O mais importante de tudo é que as cidades sejam verdadeiros espaços de efetivação dos direitos humanos (moradia, educação, saúde, igualdade, respeito, etc). Um espaço humano, voltado à redução da pobreza, a minimização das desigualdades sociais, a sustentabilidade ambiental por meio de políticas públicas que promovam o bem estar em geral.

O bem estar de um corpo é atingido quando neste há equilíbrio entre os órgãos e membros e especialmente com o pensamento. Assim, acontece com o corpo urbano, seu bem estar acontece quando os pontos vitais da cidade são tratados. Políticas públicas devem se concentrar em possibilitar o bem estar e a qualidade de vida, promovendo a liberdade e oferecendo capacidades que permitam que cada pessoa alcance o seu próprio bem estar. Sendo assim, teremos moradores felizes, educados, comprometidos com uma cidade mais humana.

A cidade deve educar seus moradores resgatando os valores da solidariedade, da responsabilidade, da união, do comprometimento com o local o qual vivem, afinal, a cidade é de todos. As mudanças nas cidades são também, as nossas mudanças e a primeira delas é do nosso modo de pensar e agir. Daí a fundamentalidade da educação, das instituições de ensino na formação de pessoas criativas, participativas, éticas e solidárias. Afinal, a máxima do profeta Gentileza é verdadeira: GENTILEZA GERA GENTILEZA. Gentileza gera respeito, amor e atitudes também, e isso é uma corrente que envolve indivíduos, família, escola, universidades, cidades, governos, enfim, toda a sociedade.



XVII

Seminário Internacional
de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

Referências Bibliográficas

ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 1992.

BRASIL. **Carta Mundial do Direito à Cidade**. V Fórum Social Mundial. Porto Alegre. 2005

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEAL, Rogério Gesta. **A Função Social da Propriedade e da Cidade no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969

PHILIPPI JR, Arlindo. **Meio Ambiente, Direito e Cidadania**. São Paulo: Signus Editora, 2002.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. Rio de Janeiro: ed. Record, 2005.